



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

## **EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº003/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº009/2026**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**OBJETO:** A contratação de empresa especializada em prestação de serviços de licenciamento de uso de sistema web denominada “FALA JAGUARACU”, composto por ouvidoria digital, abertura de solicitações de serviços internos e externos por App ou presencial com ativação, implantação e publicação do Aplicativo para Android e I.O.S, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte presencial e on-line, por tempo determinado a central de atendimento, secretarias e terceirizados da Prefeitura Municipal de Jaguaracú-Minas Gerais, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

### **DATA/HORÁRIO:**

**INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 27/02/2026 - Horas 08:00

**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 16/03/2026 - Horas 08:00

**ABERTURA DA SESSÃO E ANÁLISE DE PROPOSTAS:** 16/03/2026 - Horas 08:05

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**EXCLUSIVO PARA ME/EPP:** NÃO

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** <https://www.licitanet.com.br>

Jaguaracú, 26 de fevereiro de 2026.

Maria Aparecida Gonçalves  
Pregoeira



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

### EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº003/2026

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº009/2026**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

O **MUNICÍPIO DE JAGUARACU-MINAS GERAIS**, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e a Pregoeira, designada pela Portaria nº048, de 03 novembro de 2025, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú-MG, torna público, para conhecimento das interessadas, que se realizar-se-á licitação na Modalidade: Pregão Eletrônico, do Tipo: Menor Preço Global, conforme descrito neste Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 735, de 08 de novembro de 2021 e a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

#### **1 - DO OBJETO**

1.1 - O presente processo de licitação tem como objeto: A contratação de empresa especializada em prestação de serviços de licenciamento de uso de sistema web denominada “FALA JAGUARACU”, composto por ouvidoria digital, abertura de solicitações de serviços internos e externos por App ou presencial com ativação, implantação e publicação do Aplicativo para Android e I.O.S, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte presencial e on-line, por tempo determinado a central de atendimento, secretarias e terceirizados da Prefeitura Municipal de Jaguaracú-Minas Gerais, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

1.2 - O critério de julgamento e classificação das propostas será o de “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, e o modo de disputa “**ABERTO**”, observadas as especificações técnicas definidas neste Edital e seus anexos.

#### **2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 - A despesa com o objeto de que trata este ato convocatório correrá à conta da dotação orçamentária: 02.06.01 - 04.122.0002.2066 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - 33.90.40.00 - Serviços de TI e Comunicação - PJ- Ficha 414 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e a 2.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

#### **3 - DO CREDENCIAMENTO DA LICITANTE**

3.1 - Para participar do pregão, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

3.4 - A licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

3.5 - A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

#### **4 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1 - Poderão participar deste pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

4.2 - Para o objeto proposto neste edital o processo não é destinado exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.3 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.4 - A participação nesta licitação importa à licitante na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da licitante, no referido certame.

4.5 - Não cabe as licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento do item ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do termo de referência.

4.6 - Como requisito para participação no pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante no termo de referência.

4.7-Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9 - Poderão participar deste Pregão:

4.9.1 - Somente poderão participar deste pregão, via internet, as interessadas cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam previamente credenciadas, através do site: <https://licitanet.com.br/>.

4.9.2 - A participação no Pregão se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horários limite estabelecidos.

4.9.3 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.9.4 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo do Município de Jaguaracú-Minas Gerais, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. A licitante também é a única responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

4.9.5 - As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.9.6 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.

4.9.7 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva da licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

4.9.8 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou do Município de Jaguaracú-Minas Gerais, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.9.9 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.10 - Não poderão disputar esta licitação:

4.10.1 - Aquela que não atenda às condições deste edital e seus anexos.

4.10.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

4.10.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

4.10.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

4.10.5 - Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.10.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

4.10.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.10.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante.

4.10.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.12 - O impedimento de que trata o item 4.10.4 será também aplicado a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.13 - A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.10.2 e 4.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.14 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.15 - O disposto nos itens 4.10.2 e 4.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.16 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.17 - A vedação de que trata o item 4.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através do site <https://licitanet.com.br/>, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE E PREÇO vedada a identificação da titular da proposta, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 - Em caso de identificação da titular da proposta registrada, esta será desclassificada pela Pregoeira.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

5.1.2 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

5.1.3 - A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal e as especificações constantes do termo de referência, prevalecerão às últimas.

5.1.4 - Na proposta de preços registrada no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

5.2 - No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1 - Cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

5.2.2 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

5.2.3 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

5.2.4 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.2.5 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

5.3 - A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4 - A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.4.2 - No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5 - A falsidade da declaração de que trata os itens 5.2 ao 5.4 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

5.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7 - Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de preços anteriormente inseridos no sistema.

5.8 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9 - A proposta de preços da licitante melhor classificada somente serão disponibilizadas para avaliação da Pregoeira para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.10 - A licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

### **6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

6.1 - A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 - Valor unitário e total do item;

6.1.2 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do termo de referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2 - A proposta de preços inicial além de ser informada no sistema deverá ser anexada no sistema eletrônico, preenchida utilizando números inteiros e 2 (duas) casas decimais depois da vírgula, de acordo com o ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL.

6.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto do edital.

6.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 - As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de propostas.

6.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

6.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

### **7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 - No horário estabelecido neste edital, a Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema eletrônico, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no Item 6 deste edital.

7.1.1 - A Pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2 - Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, a Pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então desclassificará.

7.3 - A licitante que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

7.4 - As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública.

7.5 - Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

7.6 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as participantes.

7.7 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.9 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e as licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

7.10 - Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

7.10.1 - O lance deverá ser ofertado pelo Valor Global.

7.10.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

7.10.3 - A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.10.4 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no valor de **R\$50,00 (cinquenta reais)**.

7.11 - O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA “ABERTO”.

7.11.1 - No pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.5 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.11.6 - Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 2 (duas) casas decimais depois da vírgula, considerando as quantidades constantes no termo de referência. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

7.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.12.1 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.13 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances.

7.14 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10(dez) minutos a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.15 - Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16 - Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.16.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

7.16.4 - Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.16.5 - Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

7.16.5.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.16.5.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.16.5.3 - desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.16.5.4 - desenvolvimento pela licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle.

7.16.6 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.16.6.1 - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.16.6.1.1 - empresas brasileiras;

7.16.6.1.2 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.16.6.1.3 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.17 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.17.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.17.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.17.3 - O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.18 - A Pregoeira solicitará a licitante mais bem classificada que, no prazo de 2 (duas) horas podendo ser prorrogado por igual prazo, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do sistema, acompanhada dos documentos de habilitação, bem como os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

7.18.1 - A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar também deverá apresentar a PROVA DE CONCEITO, no prazo de 3 (três) dias úteis, na sede da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, de acordo com o Item 8 do Termo de Referência.

7.19 - É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

## 8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

8.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance da vencedora, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

8.4 - Qualquer interessada poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6 - A Pregoeira poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02(duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

8.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9 - Se a proposta ou lance da vencedora for desclassificada, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 - Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 - A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta a licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

8.12 - Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.14 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15 - Na hipótese de não haver vencedora para a cota reservada ME/EPP, esta poderá ser adjudicada a vencedora da cota principal ou, diante de sua recusa, as licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço da primeira colocada da cota principal.

8.16 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

8.17 - Será dada a prioridade de aquisição aos produtos ou serviços das cotas reservadas quando forem homologadas as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

8.18 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste edital.

## 9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Encerrada a etapa de negociação e aceitação, a Pregoeira verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta no seguinte cadastro:

9.1.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.2 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3 - Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

9.4 - Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos da licitante melhor classificada para fins de habilitação e qualificação.

### **9.4.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.4.1.1 - No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.4.1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.4.1.5 - No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.1.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **9.4.2 - REGULARIDADE FISCAL**

9.4.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

9.4.2.2 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta);

9.4.2.3 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

9.4.2.4 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

9.4.2.5 - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.

### **9.4.3 - REGULARIDADE TRABALHISTA**

9.4.3.1 - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) mediante apresentação de certidão expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

### **9.4.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.4.4.1 - Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (licitante), emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

### **9.4.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.4.5.1 - Apresentar prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste edital, por meio da apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante forneceu/executou, bens/serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto deste processo, especialmente quanto ao desenvolvimento, disponibilização e operação de aplicativo móvel;

9.4.5.2 - Apresentar cópia do diploma de curso superior em Ciência da Computação, Engenharia de Software ou áreas correlatas, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC do(s) profissional(is) que irá(ão) se responsabilizar pela execução do objeto deste edital;

9.4.5.3 - Apresentar cópia do diploma de mestrado em áreas correlatas a execução do objeto deste



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

edital, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC do(s) profissional(is) que irá(ão) se responsabilizar pela execução do objeto deste edital;

9.4.5.4 - Apresentar prova de aptidão do(s) responsável(is) técnico(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em desenvolvimento de aplicativos móveis, nos termos da legislação aplicável, que participarão dos serviços objeto deste edital;

9.4.5.5 - Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio, o administrador ou o diretor que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso a licitante se sagre vencedora do certame;

9.4.5.6 - Apresentar declaração de que a empresa licitante dispõe dos responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica diretamente responsável pela execução do objeto deste edital e de declaração que a equipe será mantida durante a execução dos serviços de implantação, admitindo-se substituições por profissionais do mesmo nível técnico, desde que autorizadas expressamente pelo município.

9.5 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos eles serão considerados válidos se emitidos em até 180(cento e oitenta) dias.

9.6 - A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

9.7 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, excetos aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8 - A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Pregoeira.

### **10 - DOS RECURSOS**

10.1 - A interposição de recurso contra a decisão proferida pela Pregoeira observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº14.133/2021.

10.2 - O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada as demais licitantes, as quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração da vencedora, sob pena de preclusão.

10.4 - O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, podendo a Pregoeira dar provimento ou negar o mesmo.

10.5 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico.

10.6 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.7 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### **11 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

11.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificada ou quando a licitante declarada vencedora não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 - Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

### **12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1 - Divulgado o resultado final da licitação, na ausência de recurso ou após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados da sessão do pregão, o processo será encaminhado para adjudicação e homologação pela autoridade superior.

### **13 - DA CONTRATAÇÃO**

13.1 - Após a homologação, a adjudicatária será convocada para no prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo pela licitante.

13.3 - Na hipótese de a vencedora da licitação se recusar a assinar o contrato, outra licitante será convocada, respeitado a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.

13.4 - Qualquer entendimento relevante entre a contratante e a contratada será formalizado por escrito e integrará o contrato.

### **14 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

14.1 - Compete ao Contratante:

14.1.1 - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

14.1.2 - Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel cumprimento das obrigações contratadas, nos termos do Termo de Referência.

### **15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1 - Compete à Contratada:

15.1.1 - Efetuar a entrega do objeto contratado, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações do Termo de Referência.

15.1.2 - Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até cumprimento total do contrato.

### **16 - DO PRAZO**

16.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, nos termos previsto no artigo 107 da Lei Federal nº14.133/2021.

### **17 - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

17.1 - O instrumento contratual poderá ser alterado, por acordo entre as partes:

17.1.1 - Quando necessária a modificação da forma, de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

17.1.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021.

17.1.3 - Poderá ser restabelecido o valor dos serviços de natureza contínua a cada 12 (doze) meses visando garantir o Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato, utilizando-se como base o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

### 18 - DA ENTREGA

18.1 - O prazo para realizar a implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACÚ" será de 60 (sessenta) dias úteis após o recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, após conclusão da implantação será emitida a NAF-Nota de Autorização de Fornecimento para os demais serviços para entrega imediata das licenças, hospedagem, manutenção e suporte técnico;

18.1.1 - A implantação refere-se a todos os serviços necessários ao normal funcionamento da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACÚ", instalação, configuração, treinamento, parametrização e customização de software para prestação dos serviços.

18.1.2 - A prestação de serviços de implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACÚ", deverá ser desenvolvida pela Equipe Técnica da Contratada, que ficará responsável por todo o relacionamento administrativo da implantação com a Administração.

18.1.3 - O Contratante deverá disponibilizar servidores para acompanhamento das atividades, bem como zelar pelo seu bom andamento, auxiliando quando necessário a Equipe Técnica da Contratada.

18.2 - Os servidores do município que acompanhar a implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACÚ", serão os profissionais designados pela Administração a serem treinados para ter acesso a todas as informações necessárias para a operação do sistema.

18.3 - A Contratada deverá oferecer suporte técnico especializado e contínuo, incluindo manutenção evolutiva para atualizações e novas funcionalidades e manutenção corretiva para resolução de eventuais falhas.

18.3.1 - O Suporte oferecido pela Contratada deve ser realizado no horário disponível para registro das solicitações, não podendo ser inferior ao horário comercial, de 08h às 17h, ininterruptamente de segunda a sexta-feira, através de endereço eletrônico de e-mail, WhatsApp e chat interno da plataforma.

18.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita entrega dos serviços, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto rejeitado, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou imperfeições.

18.5 - A Contratada deverá promover a contínua atualização legal dos softwares, na versão adquirida, e possíveis "releases", de forma que o objeto deste termo atenda a legislação vigente.

### 19 - DO PAGAMENTO

19.1 - O pagamento será efetuado pelo Contratante até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após liquidação da entrega da prestação de serviços através de boleto bancário e mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo responsável da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

19.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

19.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.4 - A nota fiscal deverá ser emitida em moeda corrente do País, em 01 (um) via.

19.5 - O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo.

19.6 - Não será efetuado pagamento a Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

19.7 - É vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes dos serviços a serem prestados.

### 20 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame.

20.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

- 20.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 20.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 20.2.3 - Injustificadamente, pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva.
- 20.2.4 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 20.2.5 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 20.2.6 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 20.2.7 - Fraudar a licitação.
- 20.2.8 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 20.2.8.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
  - 20.2.8.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
  - 20.2.8.3 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
  - 20.2.8.4 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 20.3 - Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 20.3.1 - Advertência.
  - 20.3.2 - Multa.
  - 20.3.3 - Impedimento de licitar e contratar.
  - 20.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.4 - Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, bem como a sanção de multa aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta, respeitarão o devido processo legal, obedecerão ao prazo de defesa previsto nos arts. 156 e seguintes, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.6 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

## 21 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 21.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 21.3 - A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/processos.html>.
- 21.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 - Será divulgada Ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 22.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
- 22.3 - Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 22.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

22.5 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 - As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 - Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

22.11 - O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico através do site <https://licitanet.com.br/>.

22.12- As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas as proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaracú - Minas Gerais.

22.13- Fica eleito o Foro da Comarca de Timóteo - Minas Gerais, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

22.14- Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III - Modelo da Proposta Comercial;

Anexo IV - Minuta do Contrato.

Jaguaracú, 26 de fevereiro de 2026.

Maria Aparecida Gonçalves  
Pregoeira



## **ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo fornecer informações para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de licenciamento de uso de sistema web denominada “FALA JAGUARACÚ”, composto por ouvidoria digital, abertura de solicitações de serviços internos e externos por App ou presencial com ativação, implantação e publicação do Aplicativo para Android e I.O.S, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte presencial e on-line, por tempo determinado a central de atendimento, secretarias e terceirizados da Prefeitura Municipal de Jaguaracú-MG, conforme Documento de Formalização de Demanda - DFD.

A plataforma consiste na disponibilização e operação de aplicativo móvel destinado a facilitar a comunicação entre cidadãos e a Prefeitura Municipal de Jaguaracú, permitindo o registro e o acompanhamento de diversas demandas urbanas, como problemas de infraestrutura e fiscalização, com o objetivo de aprimorar a interação e a gestão municipal, para atender as necessidades da Administração Municipal.

O objetivo principal é elaborar um planejamento inicial para atender à demanda apresentada, identificando a melhor solução no mercado e servindo de base para o termo de referência, considerando a viabilidade, normas vigentes e princípios da Administração Pública.

### **2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Administração Pública, em sua busca contínua pela excelência na prestação de serviços à população, enfrenta desafios na comunicação eficaz com o cidadão. A forma atual de recebimento de demandas relativas a infraestrutura urbana, como bueiros entupidos, necessidade de manutenção em podas de árvores, identificação de buracos e erosões, e reclamações sobre a situação de lotes e terrenos, muitas vezes carece de agilidade, rastreabilidade e organização. Isso impacta diretamente a capacidade da Prefeitura Municipal de Jaguaracú em atuar proativamente na resolução dessas questões, essenciais para a qualidade de vida e segurança no ambiente urbano.

A ineficiência dos canais tradicionais de comunicação gera frustração tanto para o munícipe, que não tem clareza sobre o andamento de sua solicitação, quanto para os gestores, que enfrentam dificuldades na priorização, no acompanhamento da execução e na coleta de dados para planejamento estratégico. Portanto, uma premente necessidade de implementar uma solução moderna e centralizada que permita o registro facilitado das ocorrências por parte dos cidadãos, garantindo o fluxo de informação e o acompanhamento transparente do processo até sua efetiva resolução.

Neste contexto, a contratação de uma plataforma tecnológica, como um aplicativo de comunicação direta entre cidadão e administração, emerge como a resposta estratégica para superar as lacunas existentes. Tal ferramenta possibilitará que o cidadão registre suas demandas de forma digital, detalhando problemas específicos como os mencionados



(bueiros, podas, buracos, lotes), e acompanhe o status da sua solicitação em tempo real. Para a gestão municipal, a plataforma fornecerá dados estruturados, permitindo a visualização georreferenciada das ocorrências, otimizando a alocação de recursos, agilizando a resposta das equipes em campo e, fundamentalmente, aumentando a transparência e a confiança na atuação do poder público, em alinhamento direto com o interesse público de uma cidade mais bem cuidada e responsiva.

A presente contratação encontra respaldo nos princípios que regem a Administração Pública e nas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/21, que preconiza a eficiência, a transparência, a inovação e o planejamento nas contratações públicas como ferramenta para a melhoria dos serviços prestados e o alcance do interesse público. A implementação desta ferramenta de comunicação e gestão de demandas que representa um avanço significativo na modernização da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, promovendo maior interação com a comunidade e otimizando os processos internos para uma gestão pública mais eficaz e atenta às necessidades reais da população.

### **3 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A presente contratação ainda não prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, atualmente em fase de elaboração, porém há previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) capaz de cobrir as despesas para atendimento da demanda.

### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para atender a esta demanda, a empresa contratada deverá atender os seguintes requisitos:

4.1 - Os serviços a serem prestados deverão obedecer às normas e especificações conforme for aplicável e não será admitida a subcontratação do objeto deste estudo.

4.2 - Dada a natureza da prestação de serviços de tecnologia e comunicação a serem contratados, será exigida qualificação técnica operacional e profissional da empresa, comprovada mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem experiência prévia e relevante na implantação, operação e gestão de plataformas similares de comunicação direta entre órgãos públicos e cidadãos, abrangendo funcionalidades compatíveis com a gestão de ocorrências urbanas.

4.3 - Para garantir a pleno atendimento da necessidade e a satisfatória execução do objeto deste estudo, a plataforma tecnológica "FALA JAGUARACÚ" e os serviços associados deverão atender, de forma indispensável, aos seguintes requisitos específicos, observando padrões mínimos de qualidade, desempenho e segurança:

4.3.1 - Disponibilização de Plataforma Web Progressiva (PWA), a solução acessada diretamente pelo navegador, sem a necessidade de instalação em dispositivos móveis. A plataforma oferece interface pública para registro de demandas pelos cidadãos e um painel administrativo exclusivo para a gestão municipal.

4.3.2 - Funcionalidades intuitivas e acessíveis permitem o envio facilitado de diferentes tipos de ocorrências (como bueiros entupidos, podas de árvores, buracos, lotes sujos), com suporte a descrição detalhada, anexos de fotos e vídeos, e geolocalização automática via GPS do dispositivo.

4.3.3 - Mecanismo para que o cidadão possa acompanhar o status de suas solicitações em tempo real, desde o registro até a sua efetiva resolução, recebendo notificações sobre as atualizações do processo.



4.3.4 - Módulo de gestão centralizado para a Administração Pública, permitindo o recebimento, visualização, classificação, filtragem e distribuição das demandas recebidas entre os setores ou equipes responsáveis.

4.3.5 - Visualização georreferenciada das ocorrências em um mapa interativo no painel de gestão, facilitando a identificação de áreas com maior concentração de problemas e o planejamento de rotas para equipes de campo.

4.3.6 - Ferramenta de gestão de fluxo de trabalho (workflow) personalizável, permitindo a definição de diferentes status para as ocorrências (ex: recebida, em análise, atribuída, em execução, resolvida, encerrada) e o registro de comentários e atualizações pelas equipes internas.

4.3.7 - Funcionalidades de análise e geração de relatórios e dashboards gerenciais, fornecendo dados estruturados sobre o volume de demandas por tipo, localização, tempo médio de resposta e resolução, performance dos setores, entre outros indicadores relevantes para planejamento estratégico e tomada de decisão.

4.3.8 - Mecanismos robustos de segurança da informação para garantir a proteção e a privacidade dos dados dos cidadãos e da Administração, em conformidade com a legislação aplicável e os padrões de segurança digital.

4.3.9 - Arquitetura de sistema escalável e robusta, capaz de suportar o volume crescente de usuários e demandas sem perda de performance ou disponibilidade.

4.3.10 - Garantia de propriedade dos dados gerados e coletados pela Prefeitura através da plataforma, com capacidade de exportação desses dados em formatos abertos para uso futuro ou integração com outros sistemas municipais.

4.3.11 - Definição clara de Níveis de Serviço (SLA - Service Level Agreement) para disponibilidade da plataforma e para o tempo de resposta e resolução de incidentes técnicos, garantindo a continuidade do serviço.

4.3.12 - Oferecimento de suporte técnico especializado e contínuo, incluindo manutenção evolutiva para atualizações e novas funcionalidades, e manutenção corretiva para resolução de eventuais falhas.

4.3.13 - Realização de treinamento e capacitação adequados para as equipes da Prefeitura que irão operar a plataforma de gestão.

4.3.14 - Adoção de práticas de sustentabilidade na concepção e operação da solução, como otimização de recursos computacionais e, quando aplicável, aderência a critérios de acessibilidade digital, promovendo a inclusão.

4.4 - A empresa contratada deverá cumprir com os prazos estabelecidos para implantação, configuração e início da operação plena da plataforma, garantindo agilidade na disponibilização da ferramenta para a população e a gestão, inclusive, quando necessário, proceder a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis.

4.5 - A fiscalização do contrato será auxiliada pela Procuradoria Geral do Município, Assessoria de Controle Interno, Chefe do Gabinete e a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

4.6 - O processo somente será homologado, após a empresa ser aprovada na Prova Conceitual.

## **5 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

Em conformidade com o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação tem por finalidade atender às necessidades do Município de Jaguaracú no que





se refere à facilitação da comunicação entre os cidadãos e a Prefeitura Municipal, sendo imprescindível a prestação dos serviços de forma contínua. A quantidade estimada para a contratação dos serviços foi definida com base em uma projeção para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada a critério da Administração Pública, desde que mantidas as condições de vantajosidade da proposta.

#### **PLANILHA DE QUANTITATIVOS**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	85855	LICENÇA DE USO MÓDULO SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS - SISTEMA E APLICATIVO ANDROID E I.O.S	MENSAL	12
2	85856	LICENÇA DE USO MÓDULO OUVIDORIA - SISTEMA E APLICATIVO ANDROID E I.O.S	MENSAL	12
3	85857	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E SUPORTE AO SISTEMA E APP	MENSAL	12
4	85858	SERVIÇOS DE CONSULTORIA, INTERVENÇÃO TÉCNICA PARA PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES E OUTROS SERVIÇOS FORA DE GARANTIA, NÃO INCLUÍDAS, ATIVIDADES DE PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES	HORAS	120
5	85859	IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	SERVIÇOS	1

#### **6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, mediante consulta a editais correlatos, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou soluções inovadoras que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Concluiu-se que a prestação dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar corresponde, no contexto atual, a uma demanda amplamente contratada por órgãos públicos. Dessa forma, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas qualificadas e aptas a atender ao objeto pretendido, em conformidade com os requisitos estabelecidos neste documento.

#### **7- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução como um todo consiste na contratação, na modalidade de serviço, de uma plataforma digital robusta e integrada, acessível via aplicativo móvel “FALA JAGUARAÇU” e, potencialmente, interface web, visando estabelecer um canal de comunicação ágil e eficiente entre os cidadãos e a Administração Municipal.

Esta plataforma permitirá aos munícipes registrar, de forma facilitada e georreferenciada, demandas relativas a serviços públicos urbanos essenciais, como bueiros entupidos, solicitações de manutenção em podas de árvores, aviso de buracos e erosões em vias públicas, identificação de reclamações sobre lotes e terrenos sujos, entre outras categorias de ocorrências que impactam diretamente a qualidade de vida na cidade.

Internamente, a solução deverá prover ferramentas para a gestão dessas demandas, incluindo triagem, categorização, encaminhamento automático ou manual para os setores responsáveis, acompanhamento em tempo real do status de cada ocorrência, registro das providências adotadas e fornecimento de feedback ao cidadão solicitante. Um painel de controle centralizado e relatórios gerenciais são componentes essenciais para monitoramento e tomada de decisão, otimizando os fluxos de trabalho internos.



A disponibilização da plataforma ocorrerá, idealmente, sob o modelo de Software como Serviço (SaaS), eliminando a necessidade de investimentos significativos em infraestrutura local e garantindo o acesso contínuo à tecnologia mais recente e às atualizações de segurança. O fornecedor será responsável pela hospedagem, gestão da infraestrutura tecnológica e garantia da disponibilidade do serviço, conforme o que foi identificado como a abordagem mais eficiente e amplamente disponível no levantamento de mercado.

Parte integrante e fundamental da solução é a garantia de manutenção e assistência técnica contínuas ao longo do período contratual. Isso abrange a correção de eventuais erros ou falhas (bugs), atualizações evolutivas para melhoria da performance e adição de novas funcionalidades, e suporte técnico especializado para a equipe da Prefeitura, assegurando a plena operacionalidade do sistema e o atendimento ininterrupto das demandas da população. Deverão ser estabelecidos níveis de serviço (SLA) claros para o tempo de resposta e solução de problemas, bem como canais de suporte eficientes.

A implantação da solução envolverá a configuração da plataforma de acordo com as necessidades específicas da Prefeitura, o treinamento das equipes internas que utilizarão o sistema para gestão das demandas, e o suporte no processo de divulgação e engajamento dos cidadãos para a utilização do aplicativo.

A solução deverá observar os requisitos de segurança da informação e proteção de dados, em conformidade com a legislação vigente, garantindo a integridade e a confidencialidade das informações registradas pelos cidadãos e gerenciadas pela administração municipal.

Em suma, a contratação destes serviços visa modernizar e otimizar a comunicação com o cidadão, promover a transparência na gestão das ocorrências urbanas e aumentar a eficiência operacional dos serviços públicos municipais, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público que regem a Administração Pública, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21, representando a conclusão mais vantajosa e adequada identificada no levantamento de mercado para atender às necessidades da Prefeitura.

## **8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Com base em pesquisa de preços realizada no mercado o valor da cotação preços é de R\$ 143.400,00 (cento e quarenta e três mil e quatrocentos reais), nos termos dos documentos em anexos.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNIT.	VALOR TOTAL
1	85855	LICENÇA DE USO MÓDULO SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS - SISTEMA E APLICATIVO ANDROID E I.O.S	MENSAL	12	3.950,00	47.400,00
2	85856	LICENÇA DE USO MÓDULO OUVIDORIA - SISTEMA E APLICATIVO ANDROID E I.O.S	MENSAL	12	1.900,00	22.800,00
3	85857	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E SUPORTE AO SISTEMA E APP	MENSAL	12	1.200,00	14.400,00
4	85858	SERVIÇOS DE CONSULTORIA, INTERVENÇÃO TÉCNICA PARA PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES E OUTROS SERVIÇOS FORA DE GARANTIA, NÃO INCLUÍDAS, ATIVIDADES DE PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES	HORAS	120	240,00	28.800,00
5	85859	IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	SERVIÇOS	1	30.000,00	30.000,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>143.400,00</b>

## **9 - JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO**

Trata-se de contratação única, não sendo viável o parcelamento do objeto, uma vez que as ações do objeto contratual precisam ser executadas e monitoradas de forma integrada e



coordenada. O fracionamento dos serviços comprometeria a unidade estratégica das ações, prejudicando a continuidade, a consistência da mensagem e a eficácia da comunicação institucional.

#### **10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

- Disponibilização de um canal digital oficial e centralizado de comunicação entre o cidadão e a Administração Pública, facilitando o registro de demandas e manifestações.
- Agilidade no recebimento, tratamento e encaminhamento das solicitações da população, reduzindo o tempo de resposta e melhorando a eficiência administrativa.
- Possibilidade de acompanhamento, em tempo real, do status das solicitações, promovendo maior transparência e controle social.
- Geração de dados estruturados e organizados, permitindo à Administração analisar demandas recorrentes e subsidiar a tomada de decisões.
- Visualização georreferenciada das ocorrências, otimizando o planejamento das ações e a alocação dos recursos públicos.
- Padronização dos fluxos de atendimento, contribuindo para maior controle, rastreabilidade e qualidade na prestação dos serviços públicos.
- Fortalecer a transparência administrativa e a confiança do cidadão na atuação do poder público, em consonância com o interesse público e com o objetivo de uma cidade mais bem cuidada, eficiente e responsiva.

#### **11 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não se identifica a necessidade de adoção de providências específicas por parte da Administração antes da celebração do contrato.

#### **12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes que possam interferir ou demandar cuidados adicionais no planejamento da futura contratação.

#### **13 - IMPACTOS AMBIENTAIS**

A execução do objeto da contratação não gerará impactos ambientais significativos, inexistindo a necessidade de adoção de medidas mitigadoras ou compensatórias de natureza ambiental.

#### **14 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, tendo em vista que o objeto consiste no licenciamento de uso de sistema web capaz de atender às necessidades da Administração Pública. A solução proposta é compatível com a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [gabinete@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:gabinete@jaguaracu.mg.gov.br)



infraestrutura tecnológica existente, não demandando investimentos adicionais significativos nem a adoção de providências prévias específicas. Ademais, a contratação contribui para a melhoria da eficiência administrativa, da transparência e do atendimento ao cidadão, estando alinhada ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

RESPONSÁVEL:

NOME: MARCO VALÉRIO DE OLIVEIRA MASSENO

CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



## **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1 - INTRODUÇÃO**

O presente Termo de Referência atende plenamente aos preceitos do Estudo Técnico Preliminar e os da Lei Federal nº14.133/2021 e outras leis vigentes e pertinentes ao objeto a ser contratado.

### **2 - REQUISITANTE**

**2.1 - Órgão Interessado:** Prefeitura Municipal de Jaguaracú-MG

**2.2 - Área Interessada:** Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

**2.3 - Endereço:** Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú-MG

### **3 - OBJETO**

3.1 - Constitui objeto do presente termo: A contratação de empresa especializada em prestação de serviços de licenciamento de uso de sistema web denominada “FALA JAGUARACU”, composto por ouvidoria digital, abertura de solicitações de serviços internos e externos por App ou presencial com ativação, implantação e publicação do Aplicativo para Android e I.O.S, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte presencial e on-line, por tempo determinado a central de atendimento, secretarias e terceirizados da Prefeitura Municipal de Jaguaracú-Minas Gerais.

3.2 - O objeto deste termo é caracterizado de natureza comum, nas quantidades e exigências estabelecidas nos termos do Estudo Técnico Preliminar, baseando-se na pesquisa de preços do mercado.

### **4 - FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Administração Pública, em sua busca contínua pela excelência na prestação de serviços à população, enfrenta desafios na comunicação eficaz com o cidadão. A forma atual de recebimento de demandas relativas a infraestrutura urbana, como bueiros entupidos, necessidade de manutenção em podas de árvores, identificação de buracos e erosões, e reclamações sobre a situação de lotes e terrenos, muitas vezes carece de agilidade, rastreabilidade e organização. Isso impacta diretamente a capacidade da Prefeitura Municipal de Jaguaracú em atuar proativamente na resolução dessas questões, essenciais para a qualidade de vida e segurança no ambiente urbano.

A ineficiência dos canais tradicionais de comunicação gera frustração tanto para o munícipe, que não tem clareza sobre o andamento de sua solicitação, quanto para os gestores, que enfrentam dificuldades na priorização, no acompanhamento da execução e na coleta de dados para planejamento estratégico. Portanto, uma premente necessidade de implementar uma solução moderna e centralizada que permita o registro facilitado das ocorrências por parte dos cidadãos, garantindo o fluxo de informação e o acompanhamento transparente do processo até sua efetiva resolução.

Neste contexto, a contratação de uma plataforma tecnológica, como um aplicativo de comunicação direta entre cidadão e administração, emerge como a resposta estratégica para superar as lacunas existentes. Tal ferramenta possibilitará que o cidadão registre suas demandas de forma digital, detalhando problemas específicos como os mencionados





(bueiros, podas, buracos, lotes), e acompanhe o status da sua solicitação em tempo real. Para a gestão municipal, a plataforma fornecerá dados estruturados, permitindo a visualização georreferenciada das ocorrências, otimizando a alocação de recursos, agilizando a resposta das equipes em campo e, fundamentalmente, aumentando a transparência e a confiança na atuação do poder público, em alinhamento direto com o interesse público de uma cidade mais bem cuidada e responsiva.

A presente contratação encontra respaldo nos princípios que regem a Administração Pública e nas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/21, que preconiza a eficiência, a transparência, a inovação e o planejamento nas contratações públicas como ferramenta para a melhoria dos serviços prestados e o alcance do interesse público. A implementação desta ferramenta de comunicação e gestão de demandas representa um avanço significativo na modernização da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, promovendo maior interação com a comunidade e otimizando os processos internos para uma gestão pública mais eficaz e atenta às necessidades reais da população.

#### **5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução como um todo consiste na contratação, na modalidade de serviço, de uma plataforma digital robusta e integrada, acessível via aplicativo móvel “FALA JAGUARACÚ” e, potencialmente, interface web, visando estabelecer um canal de comunicação ágil e eficiente entre os cidadãos e a Administração Municipal.

Esta plataforma permitirá aos munícipes registrar, de forma facilitada e georreferenciada, demandas relativas a serviços públicos urbanos essenciais, como bueiros entupidos, solicitações de manutenção em podas de árvores, aviso de buracos e erosões em vias públicas, identificação de reclamações sobre lotes e terrenos sujos, entre outras categorias de ocorrências que impactam diretamente a qualidade de vida na cidade.

Internamente, a solução deverá prover ferramentas para a gestão dessas demandas, incluindo triagem, categorização, encaminhamento automático ou manual para os setores responsáveis, acompanhamento em tempo real do status de cada ocorrência, registro das providências adotadas e fornecimento de feedback ao cidadão solicitante. Um painel de controle centralizado e relatórios gerenciais são componentes essenciais para monitoramento e tomada de decisão, otimizando os fluxos de trabalho internos.

A disponibilização da plataforma ocorrerá, idealmente, sob o modelo de Software como Serviço (SaaS), eliminando a necessidade de investimentos significativos em infraestrutura local e garantindo o acesso contínuo à tecnologia mais recente e às atualizações de segurança. O fornecedor será responsável pela hospedagem, gestão da infraestrutura tecnológica e garantia da disponibilidade do serviço, conforme o que foi identificado como a abordagem mais eficiente e amplamente disponível no levantamento de mercado.

Parte integrante e fundamental da solução é a garantia de manutenção e assistência técnica contínuas ao longo do período contratual. Isso abrange a correção de eventuais erros ou falhas (bugs), atualizações evolutivas para melhoria da performance e adição de novas funcionalidades, e suporte técnico especializado para a equipe da Prefeitura, assegurando a



plena operacionalidade do sistema e o atendimento ininterrupto das demandas da população. Deverão ser estabelecidos níveis de serviço (SLA) claros para o tempo de resposta e solução de problemas, bem como canais de suporte eficientes.

A implantação da solução envolverá a configuração da plataforma de acordo com as necessidades específicas da Prefeitura, o treinamento das equipes internas que utilizarão o sistema para gestão das demandas, e o suporte no processo de divulgação e engajamento dos cidadãos para a utilização do aplicativo.

A solução deverá observar os requisitos de segurança da informação e proteção de dados, em conformidade com a legislação vigente, garantindo a integridade e a confidencialidade das informações registradas pelos cidadãos e gerenciadas pela administração municipal.

Em suma, a contratação destes serviços visa modernizar e otimizar a comunicação com o cidadão, promover a transparência na gestão das ocorrências urbanas e aumentar a eficiência operacional dos serviços públicos municipais, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público que regem a Administração Pública, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21, representando a conclusão mais vantajosa e adequada identificada no levantamento de mercado para atender às necessidades da Prefeitura.

## **6 - ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMATIVO DA CONTRATAÇÃO**

6.1 - Apresentamos as especificações do objeto, as quantidades estimadas e valor da pesquisa de preços realizada no mercado no valor de R\$ 143.400,00 (cento e quarenta e três mil e quatrocentos reais).

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNIT.	VALOR TOTAL
1	85855	LICENÇA DE USO MÓDULO SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS - SISTEMA E APLICATIVO ANDROID E I.O.S	MENSAL	12	3.950,00	47.400,00
2	85856	LICENÇA DE USO MÓDULO OUVIDORIA - SISTEMA E APLICATIVO ANDROID E I.O.S	MENSAL	12	1.900,00	22.800,00
3	85857	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E SUPORTE AO SISTEMA E APP	MENSAL	12	1.200,00	14.400,00
4	85858	SERVIÇOS DE CONSULTORIA, INTERVENÇÃO TÉCNICA PARA PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES E OUTROS SERVIÇOS FORA DE GARANTIA, NÃO INCLUÍDAS, ATIVIDADES DE PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES	HORAS	120	240,00	28.800,00
5	85859	IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	SERVIÇOS	1	30.000,00	30.000,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>143.400,00</b>

## **7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 - As despesas decorrentes deste termo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.06.01 - 04.122.0002.2066 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - 33.90.40.00 - Serviços de TI e Comunicação - PJ- Ficha 414 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e a 2.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

## **8 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1 - A licitante será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, sob a Modalidade: Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento e classificação da proposta de "MENOR PREÇO GLOBAL" e o modo de disputa "ABERTO", observadas as especificações técnicas definidas no edital.

8.2 - Haverá apresentação da PROVA DE CONCEITO, após concluída a fase de disputa de lances e verificação do preço ofertado, negociação da licitante declarada vencedora provisoriamente em primeiro lugar e apresentação dos documentos de habilitação, no prazo



de 3 (três) dias úteis, após a notificação da Pregoeira via chat designará data, horário e local, para a realização da Prova Conceitual, onde a licitante deverá atender as características e funcionalidades dos serviços licitados.

8.2.1 - A PROVA DE CONCEITO será realizada no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú-Minas Gerais, na data e horário determinado via chat pela Pregoeira, sendo de responsabilidade do município disponibilizar infraestrutura física (mobiliários, energia elétrica e outros), exceto a infraestrutura de software necessária para a demonstração dos atendimentos aos requisitos que será de responsabilidade da licitante.

8.2.2 - A PROVA DE CONCEITO será avaliada pela Pregoeira acompanhada da Equipe de Apoio e o senhor Marco Valério de Oliveira Masseno -Secretário Municipal de Administração e Planejamento, e o senhor José Junio Andrade de Lima - Chefe de Gabinete, a qual emitirá parecer circunstanciado, a fim de atestar a qualidade dos serviços, nos termos das FUNCIONALIDADES DO SISTEMA.

8.2.3 - Durante a realização da PROVA DE CONCEITO a sessão será gravada em áudio e vídeo para compor o processo e a segurança de todos principalmente os membros da Comissão de Licitações.

8.2.4 - No caso de aprovação da PROVA DE CONCEITO, a Pregoeira concluirá com os trabalhos no sistema eletrônico para aceitação da proposta classificada em primeiro lugar na data e horário determinado para retornar a sessão, seguindo para a fase adjudicação e posteriormente de homologação do objeto pela autoridade competente, em favor da licitante vencedora.

8.2.5 - A não apresentação da Prova de Conceito, bem como sua eventual reprovação, implicará a desclassificação da licitante pela Pregoeira. Nessa hipótese, será convocada a licitante subsequente, obedecida a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que seja apresentada Prova de Conceito em conformidade com as especificações exigidas no instrumento convocatório.

### 8.3 - TABELA DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A PROVA DE CONCEITO

8.3.1 - A avaliação será feita de acordo com os quesitos da TABELA DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A PROVA DE CONCEITO. O avaliador deve marcar um "X" na coluna "ATENDE" ou "NÃO ATENDE" para cada item da tabela. Havendo pelo menos 01 (uma) resposta "NÃO ATENDE", o licitante será automaticamente desclassificado, impedindo a homologação de sua proposta.

<b>PROVA DE CONCEITO</b>			
<b>ITENS QUE DEVERÃO SER ATENDIDOS (MÍNIMO 90%)</b>			
1	Cadastro e autenticação de usuários (cidadãos e servidores)	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
2	Registro de múltiplos tipos de ocorrências urbanas (buracos, podas, bueiros, iluminação, etc.)	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
3	Upload de arquivos (fotos e vídeos)	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
4	Visualização por mapa das demandas da cidade	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
5	Filtro por tipo de solicitação, bairro, status e data	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE



6	Painel com indicadores e relatórios gerenciais	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
7	Mecanismo de resposta pública e encerramento de solicitação	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
8	Compatibilidade com navegadores modernos (Chrome, Firefox, Edge, Safari)	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
<b>ITENS QUE DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE ATENDIDOS (100%)</b>			
<b>INTERFACE EM FORMATO PWA (PROGRESSIVE WEB APP)</b>			
1	Acesso via navegador (mobile e desktop) sem necessidade de instalação de aplicativo	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
2	Responsivo e funcional em diferentes tamanhos de tela	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
<b>CADASTRO DO CIDADÃO (COM VALIDAÇÃO BÁSICA)</b>			
1	Nome completo, CPF (opcional), e-mail, telefone	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
2	Aceite de termos de uso e política de privacidade	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
<b>CADASTRO DE SOLICITAÇÃO (ORDEM DE SERVIÇO)</b>			
1	Título da demanda, descrição, tipo de ocorrência (ex: bueiro, iluminação)	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
2	Upload de imagem ou vídeo	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
3	Localização automática via GPS ou inserção manual via endereço	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
<b>PAINEL ADMINISTRATIVO WEB PARA GESTÃO PÚBLICA</b>			
1	Acesso exclusivo para servidores públicos com login autenticado	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
2	Visualização, filtragem e alteração de status das solicitações	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
3	Campos de resposta e anexos para retorno ao cidadão	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
<b>SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO</b>			
1	Uso da localização geográfica do dispositivo para mapear ocorrências	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
2	Visualização por mapa de calor ou pins por endereço	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE
<b>HISTÓRICO DE SOLICITAÇÕES DO CIDADÃO</b>			
1	Acesso ao status e andamento das demandas registradas	( ) ATENDE	( ) NÃO ATENDE

## 9 - CRITÉRIO DE SELEÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1- A proposta da licitante vencedora será selecionada pelo critério de “MENOR PREÇO GLOBAL”, para melhor atender o interesse público com a proposição de preços mais vantajosa para o município.



## **10 - HABILITAÇÃO**

10.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

### **10.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.2.1 - No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.2.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

10.2.5 - No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.6 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.2.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **10.3 - REGULARIDADE FISCAL**

10.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

10.3.2 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta);

10.3.3 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

10.3.4 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

10.3.5 - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.

### **10.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA**

10.4.1 - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) mediante apresentação de certidão expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

### **10.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.5.1 - Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (licitante), emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

### **10.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.6.1 - Apresentar prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e





compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo, por meio da apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante forneceu/executou, bens/serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto deste termo, especialmente quanto ao desenvolvimento, disponibilização e operação de aplicativo móvel;

10.6.2 - Apresentar cópia do diploma de curso superior em Ciência da Computação, Engenharia de Software ou áreas correlatas, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC do(s) profissional(is) que irá(ão) se responsabilizar pela execução do objeto deste termo;

10.6.3 - Apresentar cópia do diploma de mestrado em áreas correlatas a execução do objeto deste termo, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC do(s) profissional(is) que irá(ão) se responsabilizar pela execução do objeto deste termo;

10.6.4 - Apresentar prova de aptidão do(s) responsável(is) técnico(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em desenvolvimento de aplicativos móveis, nos termos da legislação aplicável, que participarão dos serviços objeto deste termo;

10.6.5 - Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio, o administrador ou o diretor que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso a licitante se sagre vencedora do certame;

10.6.6 - Apresentar declaração de que a empresa licitante dispõe dos responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica diretamente responsável pela execução do objeto deste termo e de declaração que a equipe será mantida durante a execução dos serviços de implantação, admitindo-se substituições por profissionais do mesmo nível técnico, desde que autorizadas expressamente pelo município.

## **11 - VIGÊNCIA DO CONTRATO**

11.1 - O instrumento contratual derivado do processo de licitação para a prestação de serviços definidos neste termo de referência terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, nos termos previsto no artigo 107 da Lei Federal nº14.133/2021.

## **12 - ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

12.1 - O instrumento contratual poderá ser alterado, por acordo entre as partes:

12.1.1 - Quando necessária a modificação da forma, de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

12.1.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021.

12.1.3 - Poderá ser restabelecido o valor dos serviços de natureza continua a cada 12 (doze) meses visando garantir o Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato, utilizando-se como base o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.



### **13 - DA ENTREGA**

13.1 - O prazo para realizar a implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU" será de 60 (sessenta) dias úteis após o recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, após conclusão da implantação será emitida a NAF-Nota de Autorização de Fornecimento para os demais serviços para entrega imediata das licenças, hospedagem, manutenção e suporte técnico;

13.1.1 - A implantação refere-se a todos os serviços necessários ao normal funcionamento da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU", instalação, configuração, treinamento, parametrização e customização de software para prestação dos serviços.

13.1.2 - A prestação de serviços de implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU", deverá ser desenvolvida pela Equipe Técnica da Contratada, que ficará responsável por todo o relacionamento administrativo da implantação com a Administração.

13.1.3 - O Contratante deverá disponibilizar servidores para acompanhamento das atividades, bem como zelar pelo seu bom andamento, auxiliando quando necessário a Equipe Técnica da Contratada.

13.2 - Os servidores do município que acompanhar a implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU", serão os profissionais designados pela Administração a serem treinados para ter acesso a todas as informações necessárias para a operação do sistema.

13.3 - A Contratada deverá oferecer suporte técnico especializado e contínuo, incluindo manutenção evolutiva para atualizações e novas funcionalidades e manutenção corretiva para resolução de eventuais falhas.

13.3.1 - O Suporte oferecido pela Contratada deve ser realizado no horário disponível para registro das solicitações, não podendo ser inferior ao horário comercial, de 08h às 17h, ininterruptamente de segunda a sexta-feira, através de endereço eletrônico de e-mail, WhatsApp e chat interno da plataforma.

13.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita entrega dos serviços, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto rejeitado, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou imperfeições.

13.5 - A Contratada deverá promover a contínua atualização legal dos softwares, na versão adquirida, e possíveis "releases", de forma que o objeto deste termo atenda a legislação vigente.

### **14 - ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.1 - Os serviços serão aceitos, após verificação pelo servidor da municipalidade encarregado pela fiscalização, se foram cumpridas todas as exigências de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

14.2 - No recebimento e aceitação dos serviços, serão observadas, as disposições contidas neste termo de referência, no ato convocatório, no instrumento contratual e no que couber, o inciso I, alíneas "a" e "b" do artigo 140 da Lei Federal nº14.133/2021.

### **15 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

15.1 - O contrato administrativo deverá ser executado de forma fiel e rigorosa por ambas as partes, em estrita observância às cláusulas pactuadas, às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Cada parte será integralmente responsável pelas



consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações contratuais, nos termos do art. 115 da referida Lei.

15.2 - O gestor do contrato será o Secretário Municipal de Administração e Planejamento, auxiliado por servidor devidamente nomeado pela Administração para realizar a fiscalização, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual deverá registrar a entrega dos serviços, conferindo as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará a nota fiscal, para fins de pagamento.

15.3 - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o fiscal do contrato dará ciência a Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.

15.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato administrativo, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5 - O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.6 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

## **16 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

16.1 - O Município obriga-se a:

16.1.1 - Emissão da NAF - Nota de Autorização de Fornecimento e a nota de empenho a favor da Contratada;

16.1.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

16.1.3 - Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para realização dos serviços sejam desenvolvidas na forma estabelecida no Termo de Referência, instrumento contratual e NAF - Nota de Autorização de Fornecimento;

16.1.4 - Fiscalizar e notificar, por escrito, a Contratada quaisquer irregularidades encontradas na realização da prestação de serviços;

16.1.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade da prestação dos serviços, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura referente a entrega efetiva dos serviços contratados;

16.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

16.1.7 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais;

16.1.8 - Disponibilizar para a Contratada todas as informações necessárias para realização da prestação de serviços.

## **17 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1 - A licitante vencedora obriga-se a:

17.1.1 - Assinar o instrumento contratual no prazo determinado no edital;



- 17.1.2 - Responsabilizar-se pela prestação de serviços, no prazo determinado, dentro das especificações contidas neste Termo de Referência em obediência às normas fiscalizadoras;
- 17.1.3 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste termo;
- 17.1.4 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Contratante na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas;
- 17.1.5 - Notificar o Contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades na entrega da prestação de serviços;
- 17.1.6 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- 17.1.7 - Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros pelos danos que resultem de sua imperícia ou negligência e pela culpa de seus empregados, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade, bem como é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais da execução deste termo;
- 17.1.8 - Garantir absoluta eficiência na execução da prestação dos serviços e nos prazos previstos;
- 17.1.9 - Disponibilizar responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica diretamente responsável pela execução do objeto deste termo e equipe que será mantida durante a execução dos serviços de implantação, admitindo-se substituições por profissionais do mesmo nível técnico, desde que autorizadas expressamente pelo Contratante;
- 17.1.10 - Garantir em pleno atendimento da necessidade e a satisfatória execução do objeto deste termo, a plataforma tecnológica "FALA JAGUARACÚ" e a prestação de serviços associados para atender, de forma indispensável, aos requisitos específicos apresentados no Estudo Técnico Preliminar, observando padrões mínimos de qualidade, desempenho e segurança;
- 17.1.11 - Cumprir com os prazos estabelecidos para implantação, configuração e início da operação plena da plataforma, garantindo agilidade na disponibilização da ferramenta para a população e a gestão, inclusive, quando necessário, proceder a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis;
- 17.1.12 - Pagar todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste termo, relacionadas a deslocamentos, diárias e estadias para a equipe técnica da Contratada que será responsável pela implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACÚ" e treinamentos de usuários do município;
- 17.1.13 - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação mantendo os documentos sempre atualizados.

## **18 - PAGAMENTO**

18.1 - O pagamento será efetuado pelo Contratante até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após liquidação da entrega da prestação de serviços através de boleto bancário e mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo responsável da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.



18.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

18.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

18.4 - A nota fiscal deverá ser emitida em moeda corrente do País, em 01 (um) via.

18.5 - O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo.

18.6 - Não será efetuado pagamento a Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

18.7 - É vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes dos serviços a serem prestados.

## **19 - SUBCONTRATAÇÃO**

19.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo.

## **20 - GARANTIA**

20.1 - Não haverá exigência da garantia para a execução do contrato, nos moldes do art. 96, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **21 - DAS SANÇÕES**

21.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a Contratada, às penalidades previstas no artigo 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **22 - EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

22.1- A extinção do instrumento contratual será nos termos do artigo 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **23 - RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELO ENCAMINHAMENTO DE EVENTUAL IMPUGNAÇÃO OU ESCLARECIMENTO**

Prefeitura Municipal de Jaguaracú-MG

Setor de Licitações e Contratos

Responsável: Maria Aparecida Gonçalves - Agente de Contratação

Endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>

## **24 - GESTOR DO CONTRATO**

GESTOR:

Nome: Marco Valério de Oliveira Masseno

Cargo: Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>

## **25 - DEMAIS DESPESAS**

25.1 - Todas as demais despesas, diretas ou indiretas frete, taxas e impostos ou quaisquer outras que porventura incidam sobre o objeto deste pregão, correrão por conta da Contratada, sem direito a qualquer tipo de ressarcimento por parte do Município.





## **26 - TERMO DO CONTRATO**

26.1 - A contratação será formalizada por instrumento contratual, elaborada de acordo com as regras deste Termo e do Edital.

## **27 - OUTRAS CONDIÇÕES**

27.1 - Todos os relatórios produzidos serão levados ao conjunto de dados e informações para abertura do processo para a prestação de serviços de licenciamento de uso de sistema web denominada “FALA JAGUARACU”, composto por ouvidoria digital, abertura de solicitações de serviços internos e externos por App ou presencial com ativação, implantação e publicação do Aplicativo para Android e I.O.S, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte presencial e on-line, por tempo determinado a central de atendimento, secretarias e terceirizados do município.

RESPONSÁVEL:

NOME: MARCO VALÉRIO DE OLIVEIRA MASSENO

CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

### ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº009/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2026

À

Prefeitura Municipal de Jaguaracu

A/C: Sra. Pregoeira

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na rua \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município a prestação de serviços do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições: A prestação de serviços de licenciamento de uso de sistema web denominada “FALA JAGUARACU”, composto por ouvidoria digital, abertura de solicitações de serviços internos e externos por App ou presencial com ativação, implantação e publicação do Aplicativo para Android e I.O.S, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte presencial e on-line, por tempo determinado a central de atendimento, secretarias e terceirizados da Prefeitura Municipal de Jaguaracu-Minas Gerais, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDA	V. UNIT.	VALOR
1	85855	LICENÇA DE USO MÓDULO SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS - SISTEMA E APLICATIVO ANDROID E I.O.S	MENSAL	12	-	-
2	85856	LICENÇA DE USO MÓDULO OUVIDORIA - SISTEMA E APLICATIVO	MENSAL	12	-	-
3	85857	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E SUPORTE AO SISTEMA E APP	MENSAL	12	-	-
4	85858	SERVIÇOS DE CONSULTORIA, INTERVENÇÃO TÉCNICA PARA PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARES E OUTROS SERVIÇOS FORA DE GARANTIA, NÃO INCLUÍDAS, ATIVIDADES DE	HORAS	120	-	-
5	85859	IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	SERVIÇOS	1	-	-
VATOR TOTAL						-

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos com pessoal, necessárias à completa realização dos serviços, compreendendo remuneração, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, hospedagem, alimentação, transporte e entre outras.

**O pagamento será realizado através de boleto bancário.**

(Nome do município), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome do Representante legal do proponente

Assinatura

Carimbo do CNPJ



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

### ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

#### TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JAGUARACU E A EMPRESA .....

**O MUNICÍPIO DE JAGUARACU - MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú - Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.816.522/0001-04, representado pelo seu Prefeito Municipal senhor Márcio Lima de Paula, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº038.460.956-21, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, brasileiro(a), casado(a), documento de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, em conformidade com o Processo Licitatório nº009/2026, sob a Modalidade: Pregão Eletrônico nº001/2026, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

#### GESTÃO DO CONTRATO:

Esse contrato será gerido pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, através do senhor Marco Valério de Oliveira Masseno.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Integram este Contrato:

1.1 - O Processo Licitatório nº009/2026, sob a Modalidade: Pregão Eletrônico nº001/2026.

1.2 - A proposta da Contratada, naquilo que não contrariar as disposições do ato convocatório.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente instrumento tem como objeto: A prestação de serviços de licenciamento de uso de sistema web denominada "FALA JAGUARACU", composto por ouvidoria digital, abertura de solicitações de serviços internos e externos por App ou presencial com ativação, implantação e publicação do Aplicativo para Android e I.O.S, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte presencial e on-line, por tempo determinado a central de atendimento, secretarias e terceirizados da Prefeitura Municipal de Jaguaracú-Minas Gerais, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - OBSERVÂNCIA DAS NORMAS TÉCNICAS

3.1 - A Contratada obriga-se a entregar: Os serviços a serem realizados de acordo com exigências constantes no Edital e no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4.1- O Contratante exercerá a fiscalização da entrega dos serviços de acordo com a Proposta Comercial, Termo de Referência e as especificações contidas no Edital.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS SOCIAIS

5.1- Assume a Contratada inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato atendidas as condições previstas no Edital.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

##### 6.1 - DO CONTRATANTE

6.1.1 - Emissão da NAF - Nota de Autorização de Fornecimento e a nota de empenho a favor da Contratada;

6.1.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste instrumento;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

6.1.3 - Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para realização dos serviços sejam desenvolvidas na forma estabelecida no Termo de Referência, neste instrumento contratual e NAF - Nota de Autorização de Fornecimento;

6.1.4 - Fiscalizar e notificar, por escrito, a Contratada quaisquer irregularidades encontradas na realização da prestação de serviços;

6.1.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade da prestação dos serviços, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura referente a entrega efetiva dos serviços contratados;

6.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

6.1.7 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais;

6.1.8 - Disponibilizar para a Contratada todas as informações necessárias para realização da prestação de serviços.

### **6.2 - DA CONTRATADA**

6.2.1 - Assinar o instrumento contratual no prazo determinado no edital;

6.2.2 - Responsabilizar-se pela prestação de serviços, no prazo determinado, dentro das especificações contidas no Termo de Referência em obediência às normas fiscalizadoras;

6.2.3 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste instrumento;

6.2.4 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Contratante na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas;

6.2.5 - Notificar o Contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embarçar o perfeito desempenho das atividades na entrega da prestação de serviços;

6.2.6 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

6.2.7 - Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros pelos danos que resultem de sua imperícia ou negligência e pela culpa de seus empregados, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade, bem como é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais da execução deste instrumento;

6.2.8 - Garantir absoluta eficiência na execução da prestação dos serviços e nos prazos previstos;

6.2.9 - Disponibilizar responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica diretamente responsável pela execução do objeto deste instrumento e equipe que será mantida durante a execução dos serviços de implantação, admitindo-se substituições por profissionais do mesmo nível técnico, desde que autorizadas expressamente pelo Contratante;

6.2.10 - Garantir em pleno atendimento da necessidade e a satisfatória execução do objeto deste instrumento, a plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU" e a prestação de serviços associados para atender, de forma indispensável, aos requisitos específicos apresentados no Estudo Técnico Preliminar, observando padrões mínimos de qualidade, desempenho e segurança;

6.2.11 - Cumprir com os prazos estabelecidos para implantação, configuração e início da operação plena da plataforma, garantindo agilidade na disponibilização da ferramenta para a população e a gestão, inclusive, quando necessário, proceder a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis;

6.2.12 - Pagar todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste instrumento, relacionadas a deslocamentos, diárias e estadias para a equipe técnica da Contratada que será responsável pela implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU" e treinamentos de usuários do município;

6.2.13 - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação mantendo os documentos sempre atualizados.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO**

7.1 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, nos termos previstos no artigo 107 da Lei Federal nº14.133/2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

### **CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA**

8.1 - O prazo para realizar a implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU" será de 60 (sessenta) dias úteis após o recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, após conclusão da implantação será emitida a NAF-Nota de Autorização de Fornecimento para os demais serviços para entrega imediata das licenças, hospedagem, manutenção e suporte técnico;

8.1.1 - A implantação refere-se a todos os serviços necessários ao normal funcionamento da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU", instalação, configuração, treinamento, parametrização e customização de software para prestação dos serviços.

8.1.2 - A prestação de serviços de implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU", deverá ser desenvolvida pela Equipe Técnica da Contratada, que ficará responsável por todo o relacionamento administrativo da implantação com a Administração.

8.1.3 - O Contratante deverá disponibilizar servidores para acompanhamento das atividades, bem como zelar pelo seu bom andamento, auxiliando quando necessário a Equipe Técnica da Contratada.

8.2 - Os servidores do município que acompanhar a implantação da plataforma tecnológica "FALA JAGUARACU", serão os profissionais designados pela Administração a serem treinados para ter acesso a todas as informações necessárias para a operação do sistema.

8.3 - A Contratada deverá oferecer suporte técnico especializado e contínuo, incluindo manutenção evolutiva para atualizações e novas funcionalidades e manutenção corretiva para resolução de eventuais falhas.

8.3.1 - O Suporte oferecido pela Contratada deve ser realizado no horário disponível para registro das solicitações, não podendo ser inferior ao horário comercial, de 08h às 17h, ininterruptamente de segunda a sexta-feira, através de endereço eletrônico de e-mail, WhatsApp e chat interno da plataforma.

8.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita entrega dos serviços, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto rejeitado, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou imperfeições.

8.5 - A Contratada deverá promover a contínua atualização legal dos softwares, na versão adquirida, e possíveis "releases", de forma que o objeto deste termo atenda a legislação vigente.

### **CLÁUSULA NONA - DO VALOR**

9.1 - O valor do presente instrumento para prestação de serviços de licença de sistema web, hospedagem, manutenção, suporte técnico, implantação e treinamentos é de R\$.....(.....), conforme definido na proposta comercial.

9.1.1 - O valor mensal é de R\$.....(.....) para prestação de serviços de licença de sistema web, hospedagem, manutenção e suporte técnico, o valor de R\$.....(.....) por hora referente outros serviços e mais o valor de R\$.....(.....) em parcela única referente para implantação e treinamento de usuários.

9.2 - A Contratada realizará o faturamento do valor mensal para prestação de serviços de licença de sistema web, hospedagem, manutenção e suporte técnico, a partir da data de conclusão da entrega da implantação e treinamento de usuários.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 - A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.06.01 - 04.122.0002.2066 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - 33.90.40.00 - Serviços de TI e Comunicação - PJ- Ficha 414 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos e a 2.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO**

11.1 - O pagamento será efetuado pelo Contratante até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após liquidação da entrega da prestação de serviços através de boleto bancário e mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo responsável da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

11.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

11.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

11.4 - A nota fiscal deverá ser emitida em moeda corrente do País, em 01 (um) via.

11.5 - O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo.

11.6 - Não será efetuado pagamento a Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

11.7 - É vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes dos serviços a serem prestados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

12.1 - O instrumento contratual poderá ser alterado, por acordo entre as partes:

12.1.1 - Quando necessária a modificação da forma, de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

12.1.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021.

12.1.3 - Poderá ser restabelecido o valor dos serviços de natureza contínua a cada 12 (doze) meses visando garantir o Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato, utilizando-se como base o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

13.1- A rescisão contratual poderá ser:

13.1.1- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021;

13.1.2- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula décima quinta;

13.1.3- Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 137 da Lei Federal nº14.133/2021;

13.1.4- Em caso de rescisão prevista nos incisos V a VII do art. 137 da Lei Federal nº14.133/2021 sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;

13.1.5- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 138 acarretará as consequências previstas no art. 139, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VINCULAÇÃO A LEI E AO EDITAL**

14.1- As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras inerentes a Contratos contidas na Lei nº14.133/2021, bem como com todas aquelas contidas no Edital de licitação, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES**

15.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações contidas nos incisos I a XII do artigo 155, da Lei Federal nº14.133/2021.

15.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas nos incisos I a IV, §1º incisos de I a V, §2,§3º,§4º, §5º,§6º,§7º,§8º e §9º do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/21.

15.3 - O dispositivo contido no § 3º à sanção prevista no inciso II do artigo 156 será calculado na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 desta Lei.

15.4 - Estabelece o § 4º a sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 a aplicação ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

[www.jaguaracu.mg.gov.br](http://www.jaguaracu.mg.gov.br) / [licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br](mailto:licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br)

artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.5 - § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - A parte que infringir os termos do presente Contrato, responderá por perdas e danos consoantes com o que for apurado, podendo ensejar até mesmo a sua imediata rescisão.

16.2 - Obrigam-se as partes, por si e sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou contratado, elegendo-se o foro da Comarca de Timóteo - Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato.

16.3 - Para os efeitos de direito valem para este Contrato a Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se para os casos omissos, os princípios gerais de Direito.

E por estarem, assim, justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, assinam as partes contratadas e as testemunhas para que surtam os efeitos jurídicos e legais.

Jaguaracú, de \_\_\_\_\_ de 2026.

Márcio Lima de Paula  
Prefeito Municipal

Empresa contratada

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Ass: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Ass: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_